

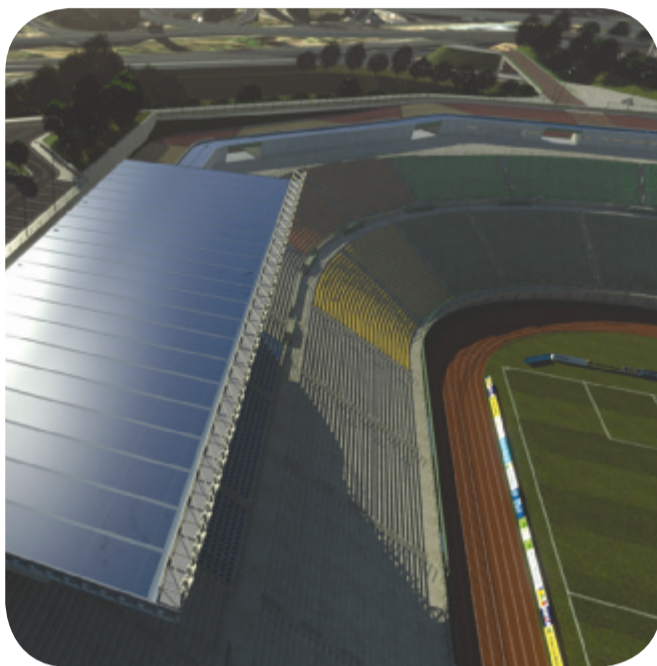
Energia eficiente e responsável

com as pessoas, com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico do país.

Somos grau de investimento pela
STANDARD & POOR'S



UHE Dardanelos - MT



Estádio de Pituçu - BA



Subestação Narandiba - BA



UHE Corumbá III - GO



UHE Baguari - MG



Usina de cogeração Balsa Nova - PR

DESTAQUES 2011

- ➔ Início das obras da hidrelétrica Teles Pires - MT/PA.
- ➔ Operação comercial da usina Dardanelos - MT.
- ➔ Aquisição da empresa EnergyWorks, de cogeração de energia.
- ➔ Projeto Pituçu Solar: 1º estádio com geração de energia solar da América Latina.
- ➔ Operação comercial da subestação Narandiba - BA.
- ➔ Um dos vencedores do leilão de transmissão da Aneel: subestação Extremoz - RN.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS 2011

LUCRO LÍQUIDO: R\$ 1,55 BILHÃO

EBTIDA/LAJIDA: R\$ 2,89 BILHÕES

INVESTIMENTOS: R\$ 2,1 BILHÕES

RECEITA OPERACIONAL BRUTA: R\$ 14,02 BILHÕES

FORNECIMENTO CONSOLIDADO DE ENERGIA: 31.563 GWh

MAIS DE 4 MIL MEGAWATTS ENTRE USINAS EM CONSTRUÇÃO E EM OPERAÇÃO.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

Submetemos para apreciação o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O ano de 2011 foi marcado pelas dificuldades oriundas da crise internacional que impactou a economia mundial. A elevação da inflação, o aumento das taxas de juros e o encarecimento do crédito provocaram, de uma forma geral, perda do poder de compra dos consumidores.

No campo regulatório, merece destaque fatos específicos do setor elétrico que também impactaram no nível de arrecadação, dentre eles as mudanças decorrentes das novas regras comerciais estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/10, que implicaram em restrição nas ações de cobrança referente aos débitos já existentes, recuperação de perdas e aumento dos custos para combatê-las.

As alterações das regras de aplicação da tarifa social de energia elétrica para os consumidores de baixa renda, decorrentes de novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, exigiram um esforço maior do Grupo Neoenergia em parceria com prefeituras para cadastrar as famílias que se enquadram no benefício da tarifa social junto ao cadastro único do Governo Federal.

Esse esforço permitiu ampliar em mais de 50% o cadastramento de famílias para atender ao novo critério, embora com a nova regra 2 milhões de unidades consumidoras perderam o benefício e migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R\$ 1,5 bilhão de investimentos, dos quais R\$ 152,0 milhões de subvenções dos governos Federal e Estaduais. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição e construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores.

No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do Programa de Eficiência Energética nas comunidades de baixa renda que, desde sua implantação, proporcionou a doação e venda subsidiada de 174.619 geladeiras (50.302 apenas em 2011) e doação de 1.431.016 mil lâmpadas fluorescentes compactas (292.486 em 2011).

O crescimento do mercado das três distribuidoras foi de 2,5% em relação ao ano anterior, elevando o fornecimento consolidado de energia do Grupo para 29.178 GWh em 2011. A base de clientes das empresas aumentou 2,9% em relação ao mesmo período de 2010, passando de 9,1 milhões para 9,4 milhões de clientes. Parte desse acréscimo, equivalente a 40 mil ligações, correspondeu às ligações do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Desde o lançamento do programa, em 2003, as três distribuidoras executaram 636 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em Geração, os investimentos foram de R\$ 588 milhões, sendo R\$ 162 milhões aplicados na aquisição da Energyworks, empresa de cogeração de energia, R\$ 175 milhões aplicados nas obras da UHE Teles Pires, R\$ 98 milhões aportados nas obras da UHE Belo Monte e R\$ 49 milhões no término das obras da UHE Dardanelos, que entrou em operação comercial em agosto de 2011.

A Neoenergia mantém o nível de Investment Grade (Grau de Investimento) concedido pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's, com rating "BBB-" na Escala Global. Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, as empresas do Grupo Neoenergia mantiveram o endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento, com o ingresso de R\$ 811 milhões para as distribuidoras, tendo como fontes o BNDES, o BNB e a FINEP e ingresso de R\$ 389 milhões para geradoras, tendo como fontes o BNDES e bancos repassadores. Em relação a nossas aplicações financeiras, aumentamos o volume de nossa carteira própria de R\$ 575 milhões em dezembro de 2010 para R\$ 1.170 milhões em dezembro de 2011, quando sua rentabilidade acumulada ao ano alcançou 102,27% do CDI. Nossas aplicações em Fundos Exclusivos encerraram o ano com um volume de R\$ 3,15 bilhões e uma rentabilidade média acumulada ao ano de 100,21% do CDI, resultando num total de caixa de R\$ 4,6 bilhões.

Nesse contexto, foi registrado um lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão, 12,7% inferior ao obtido em 2010 e EBITDA (a geração operacional de caixa) de R\$ 2,9 bilhões, 2,5% inferior ao obtido em 2010. A receita operacional bruta alcançou R\$ 14,0 bilhões e registrou incremento de 9,27% em relação a 2010. A margem bruta foi de 34,14%, 2,4 pontos percentuais inferior à obtida em 2010. A Neoenergia encerrou 2011 com R\$ 6,8 bilhões de dívida. Por outro lado, a geração líquida de caixa cresceu de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 3,2 bilhões (17,5%) e o total das disponibilidades de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,6 bilhões (19,8%), o que garante solidez confortável para fazer frente aos investimentos em Geração e Distribuição.

Em relação a dividendos e juros sobre capital próprio, a Neoenergia já deliberou a distribuição de R\$ 543 milhões na forma de juros sobre capital próprio e está propondo a destinação de R\$ 194 milhões para reserva de dividendos a serem deliberados por Assembleia Geral. No ano de 2011 foram pagos R\$ 878,4 milhões a seus acionistas.

No âmbito de nossos colaboradores, foram investidos R\$ 3,5 milhões em treinamento no ano de 2011, valor 4,5% superior ao ano anterior.

São por esses resultados que a Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece aos seus mais de 18 mil colaboradores, diretos e indiretos, a todos os seus Acionistas, Conselheiros, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estaduais e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA

Presidente do Conselho de Administração

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

Para 2011, de acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima-se que o PIB Brasileiro registre um crescimento de 3% ante 7,5% em 2010. A crise mundial que desacelerou o crescimento da economia brasileira aparece como responsável pelo baixo crescimento do PIB brasileiro. Os setores de serviços e agropecuária foram os principais responsáveis pelo crescimento do Estado da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O ano de 2011 foi um período em que o país decidiu controlar gastos, iniciou uma ainda tímida reforma fiscal e desacelerou o crescimento desafiado pela crise mundial. O governo retirou os estímulos fiscais no ano passado e o Banco Central brasileiro começou a elevar os juros para conter as altas de preços. Apesar disso, a economia perdeu força e a inflação, medida oficialmente pelo IPCA, fechou 2011 em 6,5%, dentro da meta do governo, e acima da taxa de 2010 (5,91%) em 0,59 ponto percentual. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de geração energia elétrica.

A taxa de câmbio fechou 2011 em R\$/US\$ 1,88 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 12,6% quando comparada a 2010, tendo como um dos principais fatores a crise europeia.

O IGP-M acumulado em 2011 encerrou em 5,1% registrando uma forte desaceleração em relação a 2010 que foi de 11,3%, justificado principalmente pela depreciação nos preços das commodities. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de distribuição energia elétrica.

2 AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, em 22 de abril de 2011 e 28 de abril de 2011, publicou Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Coelba, Celpe e Cosern no período de abril de 2011 a abril de 2012. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 13,12%, 10,86% e 12,40%, respectivamente, com efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,92%, 8,27% e 9,86%.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3ª revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADDE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto à justiça federal mantendo o benefício, ainda sem julgamento do mérito.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Para a Base de Remuneração foi mantida a metodologia utilizada será feita a avaliação dos investimentos incrementais, com a "blindagem" da base de remuneração avaliada no 2º ciclo de revisão.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que também deve ser objeto de questionamento judicial pela ABRADDE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída totalizou 29.178 GWh em 2011, representando um crescimento 2,5% em relação ao ano anterior.

Descrição	Quantidade		Participação		Variação Horizontal
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Residencial	10.820.435	10.459.399	37,1%	36,7%	361.036 (3,45%)
Industrial	6.207.219	6.112.227	21,3%	21,5%	94.992 (1,55%)
Comercial	5.786.543	5.618.298	19,8%	19,7%	168.245 (2,99%)
Rural	1.991.274	1.991.976	6,8%	7,0%	(702) (0,04%)
Poder público	1.409.109	1.382.732	4,8%	4,9%	26.378 (1,91%)
Iluminação pública	1.321.274	1.280.742	4,5%	4,5%	40.532 (3,16%)
Serviço público	1.610.153	1.586.308	5,5%	5,6%	23.845 (1,50%)
Consumo próprio	32.203	32.660	0,1%	0,1%	(457) (1,40%)
Total	29.178.211	28.464.341	100,0%	100,0%	713.870 2,51%

3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,4% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2011:

Descrição	Quantidade		Participação		Variação Horizontal
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Residencial	8.217.153	7.951.565	87,4%	87,1%	265.588 (3,34%)
Industrial	38.381	39.968	0,4%	0,4%	(1.587) (3,97%)
Comercial	586.965	580.091	6,2%	6,4%	6.874 (1,18%)
Rural	436.538	442.892	4,6%	4,8%	(6.354) (1,43%)
Poder público	80.403	79.413	0,9%	0,9%	990 (1,25%)
Iluminação pública	27.085	26.386	0,3%	0,3%	699 (2,65%)
Serviço público	13.324	12.442	0,1%	0,1%	882 (7,09%)
Consumo próprio	1.449	1.355	0,0%	0,0%	94 (6,94%)
Suprimento	37	42	0,0%	0,0%	(5) (11,90%)
Total	9.401.335	9.134.154	100,0%	100,0%	267.181 2,93%

Com relação ao enquadramento na subclasse tarifária baixa renda, foi aplicada em 2011 a transição para os novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, em que de uma forma geral passa a ser obrigado o cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal e renda de até ½ salário mínimo por pessoa. Pela regulamentação da ANEEL, o critério antigo de enquadramento da tarifa social baseado no consumo médio de energia, foi gradativamente eliminado por faixas de consumo.

Não obstante as campanhas de mídia e comerciais promovidas que permitiram ampliar, no âmbito das distribuidoras do Grupo Neoenergia, em mais de 50% o número de famílias cadastradas que atendem ao novo critério, houve a perda do benefício para cerca de 2 milhões de unidades consumidoras que migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. Nesse contexto, as empresas do Grupo têm trabalhado para o cadastramento de novas famílias de baixa renda em parceria com as prefeituras, sendo que ao longo de 2012 se buscará atingir, se não o todo, o máximo de consumidores reenquadrados na tarifa social, de forma a contribuir para a redução das perdas e melhoria da arrecadação. Dessa forma já tem se dedicado esforço adicional para que não se amplie o nível de inadimplência e perdas.

Abaixo a movimentação dos clientes baixa renda:

Descrição	Quantidade de clientes		
	Antes da Lei nº 12.212	Clientes não Recadastrados	Após Lei nº 12.212
Coelba	2.596.124	1.162.787	1.433.337
Celpe	1.548.386	678.506	869.880
Cosern	453.158	113.527	339.631
Total	4.597.668	1.954.820	2.642.848

3.3. BALANÇO ENERGÉTICO

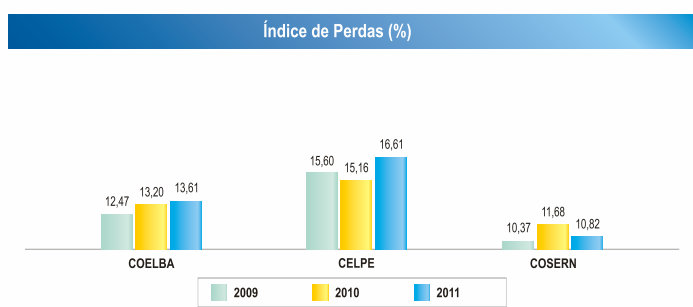
O balanço energético da Coelba, Celpe e Cosern combinado é como segue:

OCCOR		CONTRATOS		MERCADO PROPRIO		RESIDENCIAL	
28.427.250	78,6%	36.184.214	98,4%	26.178.212	79,3%	10.820.435	37,1%
28.751.930	77,2%	34.989.230	97,5%	28.484.342	80,1%	10.459.403	36,7%
6,26%		4,37%		2,51%		3,45%	
PARTES RELACIONADAS		GERAÇÃO PROPRIA		MERCADO LIVRE		INDUSTRIAL	
8.283.956	22,9%	14.582	0,0%	2.192.760	6,0%	6.207.219	21,3%
8.280.853	23,9%	13.093	0,0%	2.093.886	5,9%	6.112.237	21,5%
0,04%		11,37%		4,73%		1,55%	
PRONÁFA		PERDAS REDE		PERDA DEFINITIVA		COMERCIAL	
757.002	2,1%	738.159	(2,0%)	36.781.494	14,3%	5.786.543	19,8%
783.724	2,2%	(720.755)	(2,0%)	35.852.811	13,7%	5.618.298	19,7%
(0,88%)		2,41%		8,15%		2,92%	
IGSO		MERCADO LIVRE		INTERCÂMBIO		OUTROS	
1.294.014	(3,5%)	1.176.399	3,2%	144.549	0,4%	1.693.833	5,8%
(1.127.249)	(3,3%)	1.465.487	4,1%	125.727	0,4%	1.689.902	5,9%
13,91%		(19,73%)		14,87%		1,43%	
INTERCÂMBIO							
144.549	0,4%					4.670.181	16,0%
126,727	0,4%					4.604.515	16,2%
						6.651	0,0%
						1.433	0,0%

3.4. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combater às perdas em 2010 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas. A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor - DEC e da Frequência das interrupções - FEC, sem supridora:

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
DEC (sem supridora)	13,63	24,81	22,72	16,25	16,41	16,24	13,71	12,30	14,90
Efeito supridora (DEC)	1,11	1,78	0,95	0,29	0,69	0,26	0,48	0,42	0,66
	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
FEC (sem supridora)	6,73	10,14	9,48	6,48	6,68	6,38	6,54	6,38	7,88
Efeito supridora (FEC)	0,74	1,03	1,01	0,51	0,58	0,32	1,35	0,60	1,32

4.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2011, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

Ao longo do ano de 2011, a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 09 de setembro de 2010, foi implantada pelas distribuidoras de acordo com cronograma fixado no regulamento o que trouxe impactos relevantes para os processos operacionais da empresa. Destaca-se entre as mudanças, a vedação para a suspensão do fornecimento fora do horário comercial e após o decurso do prazo de 90 dias, contado da data da fatura vencida e não paga, salvo comprovado impedimento da sua execução por determinação judicial ou outro motivo justificável, ficando suspensa a contagem pelo período de impedimento. Além disso, a distribuidora deve emitir nova notificação, caso não efetue a suspensão do fornecimento no prazo máximo de 10 dias úteis. Essas duas medidas implicaram em importante restrição nas ações de cobrança referente a débitos já existentes, prejudicando a arrecadação e de outro lado em maiores despesas, em face do maior volume de suspensões para novas faturas vencidas.

5 INVESTIMENTOS

Em 2011 os investimentos totais do Grupo Neoenergia foram de R\$ 2,1 bilhões. Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de R\$ 15,0 bilhões em termos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição e geração.

Os recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e para a expansão da geração, tendo como destaque o programa Luz Para Todos e os projetos de geração.

5.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2011, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 40 mil novas ligações, e receberam R\$ 152 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 636 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Total	636.100	468.734	114.841	52.525
Em execução	3.595	3.595	-	-
A executar	-	-	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	639.695	472.329	114.841	52.525

5.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Em 2005 a Neoenergia adquiriu a autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Goiandira e Nova Aurora, localizadas no Estado de Goiás. A energia a ser produzida por essas usinas foi comercializada

Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

ATIVO	Ref.	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			31/12/11	31/12/10		
						Reapresentado					
						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	3.150.422	2.799.730	4.255.486	3.391.601	Fornecedores	(18)	2.422	1.455	798.956	759.320
Contas a receber de clientes e outros	(7)	62	-	2.078.466	1.958.110	Empréstimos e financiamentos	(19)	762	86	812.252	547.916
Titulos e valores mobiliários	(8)	59.523	154.050	177.470	243.319	Debêntures	(20)	-	-	433.525	609.563
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	101.025	111.921	365.262	406.740	Salários e encargos a pagar	(21)	216	56	65.496	69.853
Estoques	-	-	-	22.927	16.504	Taxas regulamentares	(22)	-	-	172.486	154.168
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	30.580	19.196	Impostos e contribuições a recolher	(23)	103.200	97.505	432.606	392.093
Entidade de previdência privada	-	-	-	6.555	-	Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	133.910	100.055	157.954	120.787
Serviços em curso	-	-	-	156.008	96.588	Provisões	(25)	-	-	46.240	27.269
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	27.064	26.098	Entidade de previdência privada	-	-	-	15.233	14.355
Outros ativos circulantes	(13)	10.107	328	105.515	183.313	Coligadas e controladas	-	1.010	1	3.276	-
TOTAL DO CIRCULANTE		3.321.139	3.066.029	7.225.333	6.341.469	Concessão do serviço público (uso do bem público)	-	-	-	3.045	16.512
						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	(7)	-	-	907.912	1.040.174	Outros passivos circulantes	(26)	5	8	256.917	209.486
Titulos e valores mobiliários	(8)	-	-	139.142	117.825	TOTAL DO CIRCULANTE		241.525	199.166	3.197.986	2.921.322
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	-	-	89.227	81.104	NÃO CIRCULANTE					
Coligadas e controladas	-	51.652	160.557	39.192	2.960	Fornecedores	(18)	-	-	61.159	12.722
Dividendos a receber	-	67.386	26.584	-	-	Empréstimos e financiamentos	(19)	5.911	3.494	4.315.250	3.488.040
Juros sobre capital próprio a receber	-	64.662	62.723	-	-	Debêntures	(20)	-	-	1.199.164	1.121.636
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	29.164	27.144	335.265	333.502	Taxas regulamentares	(22)	-	-	102.654	87.845
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(11)	-	-	546.207	598.170	Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	10.458	11.791
Fundos vinculados	-	-	-	55.055	109.789	Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	193.094	184.456
Depósitos judiciais	(12)	95.764	90.457	302.243	310.409	Provisões	(25)	587	494	186.499	179.505
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	2.676	Entidade de Previdência Privada	-	-	-	281.188	292.984
Entidade de previdência privada	-	-	-	37.596	43.702	Coligadas e controladas	-	23	-	-	3.787
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	1.097.347	722.164	Concessão do serviço público (uso do bem público)	-	-	-	67.246	21.731
Outros ativos não circulantes	(13)	15.135	12.630	25.744	44.599	Outros passivos não circulantes	(26)	-	171	37.062	16.246
Investimentos	(14)	7.558.785	7.079.849	163.873	20.493	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.521	4.159	6.453.774	5.420.743
Investimentos em coligadas e controladas	-	7.558.785	7.079.849	136.081	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros investimentos	-	-	-	27.792	20.493	Capital social	(18)	4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Imobilizado	(15)	27.268	27.283	3.780.995	3.555.823	Reservas de capital	(19)	2.288	2.288	2.288	2.288
Intangível	(17)	59.417	57.918	6.889.613	6.286.698	Reservas de lucro	(20)	6.045.590	5.230.982	6.045.590	5.230.982
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.969.233	7.545.145	14.409.411	13.270.088	Outros resultados abrangentes	(21)	61.400	21.146	61.400	21.146
TOTAL DO ATIVO		11.290.372	10.611.174	21.634.744	19.611.557	Proposta de distribuição de dividendos adicional	(22)	194.023	414.408	194.023	414.408
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Participação dos não controladores					
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO					
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
	Reservas de Lucros					Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Participação de não Controladores	Total		
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes			Lucros Acumulados	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	4.739.025	2.288	327.201	3.970.342	(4.324)	-	103.200	9.137.732	740.538	9.878.270
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(103.200)	(103.200)	-	(103.200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.777.984	-	1.777.984	286.608	2.064.592
Outros resultados abrangentes:										
Ganho sobre ativo disponível para a venda	-	-	-	-	25.470	-	-	25.470	4.588	30.058
Destinações:										
Reserva legal	-	-	88.900	-	-	(88.900)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	844.542	-	(844.542)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(430.134)	-	(430.134)	(170.091)	(600.225)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(414.408)	414.408	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.884	21.146	-	414.408	10.407.852	861.643	11.269.495
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(414.408)	(414.408)	-	(414.408)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.551.628	-	1.551.628	293.469	1.845.097
Ganho sobre ativo disponível para a venda	-	-	-	-	40.254	-	-	40.254	9.452	49.706
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	77.582	-	-	(77.582)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	737.023	-	(737.023)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(543.000)	-	(543.000)	(103.465)	(646.465)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(194.023)	194.023	(120.441)	(120.441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	Controladora		Consolidado		AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	1.553.432	1.773.517	2.115.174	2.456.603	Fornecedores	967	462	98.946	120.406
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA					Salários e encargos a pagar	160	16	(5.448)	(9.381)
ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					Encargos de dívidas e swap pagos	(406)	-	(424.122)	(34.838)
Depreciação e amortização	3.177	2.105	545.813	482.681	Taxas regulamentares	-	-	27.547	50.950
Equivalência patrimonial	(1.408.107)	(1.696.242)	(473)	-	Impostos e contribuições a recolher	1.871	15.861	(178.259)	(228.868)
Amortização de ágio, líquida	99.425	101.927	100.298	101.927	Coligadas e controladas	1.032	-	(511)	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	454	(4.457)	619.893	432.453	Indenizações/contingências pagas	-	-	(66.965)	9.912
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	(585)	4.244	3.971	Entidade de previdência privada	-	-	(27.894)	(42.754)
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	7.362	-	31.931	15.420	Outros passivos	(174)	(2)	110.480	80.836
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	-	(141)	CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.566.557	1.801.603	3.156.515	2.687.372
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	93	-	62.254	2.713	ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	291.036	16.974	Aumento(redução) de capital	-	-	-	-
Outras provisões	51.245	-	51.254	205	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Participações minoritárias	-	-	-	-	Captação de empréstimos e financiamentos	3.045	3.580	1.715.419	1.342.134
TOTAL DO CIRCULANTE	307.081	176.265	3.821.424	3.512.806	Captação de debêntures	-	-	535.630	80.274
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS					Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-	-	(769.291)	(716.037)
Contas a receber de clientes e outros	(62)	-	(268.334)	(391.704)	Amortização do principal de debêntures	-	-	(696.663)	(408.187)
Impostos e contribuições a recuperar	10.896	(24.714)	49.696	(183.954)	Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.275.475	1.767.411	-	-	Obrigações vinculadas	-	-	114.701	7.707
Estoques	-	-	(6.423)	(2.367)	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(923.553)	(517.063)	(1.137.218)	(637.177)
Fundos vinculados	-	70.097	55.261	67.892	UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(920.508)	(513.483)	(237.422)	(331.286)
Depósitos judiciais	(5.307)	(71.523)	26.136	(108.917)	ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(11.279)	4.365	Integralização de capital	(216.211)	(203.801)	(98.001)	2.000
Entidade de previdência privada	-	-	2.043	-	Aquisição de investimentos	(161.652)	-	(159.736)	(21.738)
Coligadas e controladas	(15.211)	(128.085)	(36.232)	-	Alienação de bens do ativo permanente	-	-	1.036	(27)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	1.707	1.727	Aquisição de imobilizado	(1.221)	(26.382)	(282.882)	(410.579)
Outros ativos	(9.765)	(4.185)	(11.258)	(158.739)	Aquisição de intangível	(10.800)	(4.492)	(1.572.904)	(920.493)
	1.256.026	1.609.001	(198.683)	(771.697)	Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(5.223)	(171.394)
					Titulos e valores mobiliários	94.527	(114.919)	62.502	(64.215)
					GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(285.357)	(349.594)	(2.055.208)	(1.586.446)
					AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	350.692	938.526	863.885	769.640
					Caixa e equivalentes no início do exercício	2.799.730	1.861.204	3.391.601	2.621.961
					Caixa e equivalentes no final do exercício	3.150.422	2.799.730	4.255.486	3.391.601
					VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	350.692	938.526	863.885	769.640

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

RECEITA BRUTA	Ref.	Control	
---------------	------	---------	--



...Continuação							
Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (MWmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
ENERGYWORKS Kaiser Jacaré	Termelétrica - UTE	Av. Pres. Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Com Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Com Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028
Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (MWmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, mensuração do uso de bem público, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira que não sejam instrumento de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

As Companhias Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudele), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 27).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

3.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público (indenização), outros créditos e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis
- Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.
- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPT 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação.

3.7 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros instrumento de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 34).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

3.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

3.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

3.11 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.12 - Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 - Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGP/M, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013) o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.14 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

3.15 - Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis, os ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 14).

3.16 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado pelo menos anualmente (31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.17 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (*hedge accounting*), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, o CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.18 - Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos



...Continuação

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), O4 (Ativo Intangível) IAS38, O8 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) - IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) - IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) - IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) - IAS39 e ICPC O1 (R1) (Contrato de Concessão) - IFRIC12.

11 Benefício Fiscal - Ágio Incorporado

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R\$ 546.207 (R\$ 598.170), que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	3.443.491
Provisão constituída	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786
Amortização acumulada	(1.684.169)
Reversão acumulada	1.111.553
Saldos em 31 de dezembro de 2010	598.170
Amortização	(152.801)
Reversão	100.838
Saldos em 31 de dezembro de 2011	546.207
Ativo circulante	-
Ativo não circulante	546.207

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização dos ágios nas controladas, estão assim composta:

Curvas de amortização de ágio

Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	0,09702	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	0,00986
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2025	0,02680	0,02336	0,01773	-	-
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2026	0,02540	0,02235	0,01690	-	-
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2027	0,02138	0,01690	-	-	-
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2028	-	0,01476	-	-	-
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2029	-	-	-	-	-
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2030	-	-	-	-	-
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2031	-	-	-	-	-
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338	2032	-	-	-	-	-
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149	2033	-	-	-	-	-

12 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Ref.	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas	1.870	1.858	93.172	88.279
Cíveis	11	-	55.414	47.070
Fiscais:	93.883	88.599	135.634	159.472
PIS / COFINS	(a)	93.883	88.599	105.739
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	7.329	44.860
Outros	(c)	-	22.566	14.915
Outros	-	-	18.023	15.588
Total	95.764	90.457	302.243	310.409

(a) O depósito judicial de PIS e COFINS esta composto da seguinte forma:

(a1) A Coelba, Celpe e Cosern acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A. (Guaraniana à época), processo nº 2002.5101000216/4, na qual as controladas foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte - IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio - JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas Coelba, Celpe e Cosern, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Em julho de 2010 foi proferida decisão judicial favorável à União Federal e a mesma levantou o referido depósito. Em conseqüência disto, a Neoenergia tem registrado o respectivo crédito fiscal no valor de R\$ 19.661 (R\$ 19.661 em 2010).

(a2) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R\$ 8.719 e da COFINS no montante de R\$ 68.167, devidamente atualizado, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) A Coelba desistiu do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, sendo assim, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo resultante contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

(c) A Termopernambuco mantém, depósito em juízo de R\$ 5.621 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativa à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A.

13 Outros Ativos

Ref.	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	23.857	86.961
Adiantamentos a empregados	3	31	2.827	2.474
Adiantamentos a fornecedores	42	62	3.098	8.257
Serviços prestados a terceiros	-	-	7.525	6.964
Alienações em curso	-	-	1.614	2.269
RGR a compensar	-	-	647	701
Precatório - financeiro/PAES	(b)	-	13.152	10.845
Desativações em curso	-	-	7.514	9.515
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	11.010	24.921
Cobrança extra judicial	-	-	6.424	2.414
Adiantamentos de crédito a receber	(d)	25.197	12.865	26.835
Uso mútuo de postes	-	-	4.848	-
Outros créditos a receber	-	-	21.908	58.088
Total	25.242	12.958	131.259	227.912
Ativo circulante	10.107	328	105.515	183.313
Ativo não circulante	15.135	12.630	25.744	44.599

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Coelba, Celpe e Cosern.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002. Por meio da Lei nº 12.121, de 2010, a partir de 2011 o consumidor passa a ser obrigado a estar inscrito junto ao Cadastro Único do Governo Federal.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R\$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(d) Referem-se principalmente a adiantamento para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista minoritário e a adiantamento concedido pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

14 Investimentos

Abaixo as informações sobre as investidas:

Investidas	Ref.	Data-Base	Ações Possuídas (Em Milhares)		Participação no Capital Integrado	Capital Realizado		Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no Período
			Ordinárias	Preferenciais		Realizado	Líquido		
COELBA	31/12/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	750.490		
CELPE	31/12/11	66.023	864	87,84	542.163	2.132.028	681.268		
COSERN	31/12/11	110.782	31.153	89,65	590.174	1.607.294	283.415		
ITAPEBI	31/12/11	44.100	-	42,00	105.000	321.939	108.546		
TERMOPE	31/12/11	214.570	-	100,00	214.570	436.273	92.210		
BAGUIARI I	(4)	31/12/11	87.133	-	100,00	87.133	89.240	14.808	
GOIAS SUL	(5)	31/12/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	5.500	
GERAÇÃO C III	(6)	31/12/11	128.566	-	100,00	147.575	164.926	22.533	
RIO PCH I	(8)	31/12/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	10.702	
BAHIA PCH I	(9)	31/12/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	6.812	
SE NARANDEIRA	31/12/11	16.000	-	100,00	16.000	16.055	155		
AGUAS DA PEDRA	(7)	31/12/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	83.469	
TERMOAÇU	(1)	31/12/11	290.047	-	23,13	699.736	733.394	14.821	
GERAÇÃO CÉU AZUL	31/12/11	1	-	100,00	5.231	4.860	50		
NC ENERGIA	31/12/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	4.999		
NEOSERV	(2)	31/12/11	1	-	100,00	2.631	8.302	3.603	
GARTER	31/12/11	1	-	100,00	-	-	41	(10)	
AFLUENTE GERAÇÃO	(3)	31/12/11	98.122	67.179	87,84	30.916	42.350	7.535	
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(3)	31/12/11	55.416	7	87,84	63.084	81.257	21.162	
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(10)	31/12/11	198.001	-	100,00	200.001	209.514	8.483	
NORTE ENERGIA	31/12/11	180.010	-	100,00	-	1.152.264	(1.121)		
ENERGYWORKS	(11)	31/12/11	214.479	-	100,00	117.964	132.680	4.094	
CAPUAVA	31/12/11	-	-	100,00	11.456	17.718	2.334		
ECIPI	(11)	31/12/11	-	-	15,58	116.706	127.219	6.113	
NEOINVEST	31/12/11	24.200	-	100,00	24.200	22.945	841		
TELES PIREAS	(12)	31/12/11	1	-	50,01	192.648	190.518	(2.133)	
CALANGO I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CALANGO II	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CALANGO III	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CALANGO IV	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CALANGO V	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
MEL I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	10	9	
ARIZONA I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CAETITÉ I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	
CAETITÉ II	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	5	4	
CAETITÉ III	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1	

(1) TERMOAÇU

A Termoçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoçu para a Petrobrás, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoçu à Petrobrás, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Investimentos - ações	262.551	259.124
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(49.186)
Investimento líquido	193.858	241.676

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R\$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(2) NEOENERGIA SERVIÇOS



...Continuação

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A.

O total devido em moeda nacional no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/11		31/12/10	
	R\$	%	R\$	%
Juros préfixados	1.643.993	34,1	1.053.071	28,2
UFIR	239.072	5,0	299.152	8,0
FINEL	-	0,0	3.580	0,1
TJLP	2.253.472	44,0	1.957.310	52,5
TR	52	0,0	69	0,0
CDI	687.279	14,2	417.826	11,2
Total	4.823.868		3.731.008	
Principal	4.705.761		3.311.440	
Encargos	118.107		419.568	

O total devido em moeda estrangeira no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Estrangeira	31/12/11		31/12/10	
	Origem	R\$	Origem	R\$
Dólar norte-americano	158.383	297.095	97,8	178.467
Euro	2.496	6.539	2,2	3.405
Total	303.634		304.948	
Principal	303.552		304.934	
Encargos	82		14	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Moeda / Indexador	31/12/11		31/12/10	
	Variação %		Variação %	
EURO	9,25	(11,14)		
Dólar norte-americano	12,58	(6,29)		
IGP-M	5,10	11,31		
FINEL	1,00	2,18		
TJLP	6,00	6,00		
CDI	11,64	9,75		
SELIC	11,84	11,11		
TR	1,26	0,60		

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/11		31/12/10	
	Divida	Total	Divida	Total
2012	-	-	574.003	567.824
2013	464.939	(6.053)	355.689	(5.172)
2014	1.128.501	(4.657)	784.911	(4.313)
2015	910.566	(2.581)	750.710	(2.022)
2016	765.328	(751)	194.286	(491)
Após 2016	1.060.352	(394)	847.008	(390)
Total	4.329.686	(14.436)	3.506.607	(18.567)

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2010	497.666	3.233.342	50.250	254.698
Ingressos	165.576	1.391.844	143.001	15.000
Encargos	302.440	70.280	7.151	379.871
Variação monetária e cambial	-	-	(6.631)	34.696
Swap	-	(2.274)	29.661	(22.551)
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(522)	5.415	9.045
Transferências	547.849	(561.521)	18.378	(18.378)
Amortizações e pagamentos de juros (-) Custos de transação	(738.218)	(86.252)	(205.271)	-
	5.607	(2.157)	-	3.450
Saldos em 31 de dezembro de 2011	781.128	4.042.740	31.124	272.510

20 Debêntures e Encargos

Empresa	Debêntures	Série Única	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração		Taxa Efetiva	Swap	Encargos					
				VC. + 10,8% a.a.				Circulante	Principal	Não Circulante			
COELBA	3ª Emissão		3.000			10,80%	IGPM + 13,95% a.a.	761	6.264	10.445	17.470	20.798	
	(-) Custos de transação							-	-	-	-	(283)	
	Operações com swap							-	15.301	25.097	40.398	48.617	
	Subtotal - 3ª Emissão							761	21.565	35.542	57.868	69.132	
	5ª Emissão	2ª	10.000			IGPM + 10,8% a.a.	10,90%						
	(-) Custos de transação												(77)
	Subtotal - 5ª Emissão												112.716
6ª Emissão	Única	35.392			CDI + 0,6% a.a.	11,52%		2.156	78.642	157.318	238.116	317.554	
(-) Custos de transação								-	(380)	(325)	(705)	(1.247)	
Subtotal - 6ª Emissão								2.156	78.262	156.993	237.411	316.307	
7ª Emissão	Única	80			106,70% CDI	12,90%		280		80.000	80.280	80.309	
(-) Custos de transação								-	(92)	(3)	(95)	-	
Subtotal - 7ª Emissão								280	(92)	79.997	80.185	80.309	
2ª Emissão	1ª	3.000			108,5% do CDI	15,27% a.a.		3.772	97.959	97.959	199.690	299.300	
(-) Custos de transação								-	(646)	(162)	(808)	(1.918)	
Subtotal - 2ª Emissão								3.772	97.313	97.797	198.882	297.382	
2ª Emissão	2ª	40.000			Variação IGPM + 10,95% a.a.	18,62% a.a.						42.033	
(-) Custos de transação								-	-	-	-	(18)	
Subtotal - 2ª Emissão												42.015	
3ª Emissão	Única	17.000			105% do CDI	13,67% a.a.		286	83.003	-	83.289	170.646	
(-) Custos de transação								-	(76)	-	(76)	(253)	
Subtotal - 3ª Emissão								286	82.927	-	83.213	170.393	
4ª Emissão	Única	36.000			111,3% do CDI	14,65%		8.156	-	352.196	360.352	-	
(-) Custos de transação								-	(309)	(1.015)	(1.324)	-	
Subtotal - 4ª Emissão								8.156	(309)	351.181	359.028	-	
4ª Emissão	Única	16.360			CDI + 0,6% a.a.	11,50%		980	35.738	71.492	108.210	146.790	
(-) Custos de transação								-	(284)	(245)	(529)	(881)	
Subtotal - 4ª Emissão								980	35.454	71.247	107.681	145.909	
2ª Emissão	1ª	40.000			105% CDI a.a.	CDI + 0,50 %		2.177	96.000	220.000	318.177	389.281	
(-) Custos de transação								-	(347)	(829)	(1.176)	-	
Subtotal - 2ª Emissão								2.177	95.653	219.171	317.001	388.281	
1ª Emissão	1ª				IGPM + 9,5%	IGPM + 9,71% a.a.						55.446	
(-) Custos de transação								-	-	-	-	(54.446)	
Subtotal - 1ª Emissão												52.580	
2ª Emissão	2ª				IGPM + 9,5%	IGPM + 9,70% a.a.						(271)	
(-) Custos de transação								-	-	-	-	(271)	
Subtotal - 2ª Emissão								4.341	-	187.756	192.097	-	
3ª Emissão	3a.				111% CDI a.a.							(677)	
(-) Custos de transação								-	(157)	(520)	(677)	-	
Subtotal - 3ª Emissão								4.341	(157)	187.236	191.420	-	
Total								22.909	410.616	1.189.164	1.632.689	1.731.199	

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	31/12/11		31/12/10			
	Custos	Total	Custos	Total		
	Debêntures	Transação	Líquido	Debêntures	Transação	Líquido
2012	-	-	-	466.939	(1.749)	465.190
2013	417.425	(1.413)	416.012	416.847	(1.267)	415.580
2014	243.218	(1.014)	242.204	241.431	(565)	240.866
2015	216.648	(365)	216.283	-	-	-
2016	216.648	(241)	216.407	-	-	-
Após 2016	108.325	(67)	108.258	-	-	-
Total	1.202.264	(3.100)	1.199.164	1.125.217	(3.581)	1.121.636

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante		Não Circulante		Total
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199		
Ingressos	-	536.113	536.113		
Encargos	207.802	-	207.802		
Variação monetária e cambial	8.862	1.284	10.146		
Swap	2.717	4.586	7.303		
Efeito cumulativo marcação a mercado	(134)	(202)	(336)		
Transferências	463.803	(463.803)	-		
Amortizações e pagamentos de juros	(860.332)	-	(860.332)		
(-) Custos de transação	1.244	(450)	794		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689		

21 Salários e Encargos a Pagar

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Salários	11.553	10.687
Encargos sociais	7.473	6.873
Provisões férias e 13º salário	26.227	23.897
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	8.413	6.155
Provisão PLR	10.851	19.960
Outros	979	2.281
Total	65.496	69.853

22 Taxas Regulamentares

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Reserva global de reversão - RGR	22.019	17.471
Conta de consumo de combustível - CCC	38.123	31.934
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.640	4.992
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	4.188	4.488
Empresa de pesquisa energética - EPE	1.304	1.751
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(a) 102.176	88.827
Programa de eficiência energética - PEE	(a) 87.943	76.507
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica - TFSEE	1.682	1.572
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(134)	-
Encargo do serviço do sistema - ESS	7.723	12.476
Encargo do consumidor - tesouro nacional	2.017	1.995
Total	275.140	242.013
Passivo circulante	172.486	154.168
Passivo não circulante	102.654	87.845

(a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008. O saldo dos projetos que foram iniciados esta registrado em serviços em curso e será liquidado quando da finalização de cada projeto.

23 Impostos e Contribuições a Recolher

A Composição do saldo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de renda - IR	11.235	11.161	22.833	25.628
Contribuição social - CSLL	-	-	8.562	17.541
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS				

Continuação

(c) **CPMF** - Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) **CSLL** - Na Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

(e) **IPTU** - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) **REFIS** - Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) **PIS/COFINS** - Correspondem a Autos de Infração contra a Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

(h) **COFINS** - Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de atuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) **IRPJ** - Refere-se a autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interps impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002. Refere-se ainda a autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrente da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo nº 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houveram autos de infração decorrentes da não adição da despesa de água contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) **INSS** - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento - NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a Coelba não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que possuam a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

(k) **ITD** - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

(l) **CIDE** - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) **Taxas diversas** - Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) **Incentivo Fiscal Sudene** - Mandado de segurança impetrado pela Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal - 1ª Região.

(o) **Outras** - Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de atuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

	Valor	Expectativa	Valor Provisionado	
	Ref. Atualizado	Instância de Perda	31/12/11	31/12/10
Contingência Ambiental	12.197	1ª, 2ª e 3ª	12.197	19.562
Licença ambiental		Provável		
Total	12.197		12.197	19.562

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impretada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Itapebi desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26 Outros Passivos

A Composição do saldo é como segue:

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(1)	67.506	50.889
Empregados - adiantamento acordo coletivo		45	4
Plano de saúde (fundo de reserva)	(2)	13.146	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.548	14.416
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		169	1.762
Caução em garantia	(3)	63.050	61.964
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.868	2.553
Taxa iluminação pública - TIP	(4)	8.466	8.410
Adiantamentos recebidos		45.759	31.819
Devolução recursos eletrobras	(5)	70.189	-
Outras		16.604	41.706
Total		293.979	225.732
Circulante		256.917	209.486
Não circulante		37.062	16.246

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(5) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECF5-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R\$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27 Patrimônio Líquido
Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de Mil Ações	
	Única	%
Iberdrola Energia S.A.	2.281.748	39,00
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24
BB - Banco de Investimentos S.A.	701.327	11,99
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77
Total	5.850.636	100,00

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	%
Iberdrola Energia S.A.	1.848.220	39,00
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24
BB - Banco de Investimentos S.A.	568.078	11,99
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77
Total	4.739.025	100,00

Reserva de Lucro
Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, a Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à Sudene/Adene e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Lauda Constitutivo nº	Redução
COELBA	0145/2011	75%
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2011, os valores de R\$ 143.060, R\$ 40.628, R\$ 32.951, R\$ 28.131 e R\$ 11.497 (R\$ 166.364, R\$ 65.521, R\$ 41.656, R\$ 27.632 e R\$ 9.816 em 31 de dezembro de 2010 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 3, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2011, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 6.045.590 (R\$ 5.230.982 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2011, os Conselhos de Administração da COELBA e COSERN aprovaram a distribuição da reserva constituída em 2002 nos montantes de R\$ 65.069 e R\$ 30.504, respectivamente.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

28 Receita Bruta

A Composição da receita bruta é a seguinte:

Ref.	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
(a)	5.200.785	4.762.895
(b)	5.061.170	4.666.025
(c)	139.615	96.870
(d)	83.965	236.275
(e)	7.101.299	6.518.442
(f)	7.066.356	6.491.302
(g)	34.943	27.140
(h)	23.798	22.915
(i)	1.439.120	1.111.669
(j)	170.615	185.641
Total	14.019.582	12.837.837

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consumidor		Consumidor cativo		R\$ mil	
	Nº de consumidores faturados (*)	MWh (*)	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11
Consumidores:						
Residencial	8.191.569	7.902.702	10.820.435	10.459.401	4.445.977	4.034.031
Industrial	38.574	40.217	6.474.749	6.376.142	2.028.225	1.839.987
Comercial	586.515	578.423	5.786.543	5.618.297	2.653.073	2.441.020
Rural	436.890	441.183	1.991.274	1.991.975	437.257	409.710
Poder público	80.266	79.177	1.409.109	1.382.732	605.904	566.825
Iluminação pública	26.567	25.937	1.321.274	1.280.741	290.289	269.991
Serviço público	13.224	12.329	1.610.153	1.586.307	423.274	406.691
Consumo próprio	712	668	32.204	32.658	-	-
Suprimento	161	101	8.986.605	6.792.942	754.543	544.530
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	10.277	12.438
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica					(6.806.987)	(6.259.310)
Subtotal	9.374.478	9.080.737	38.432.346	35.521.195	4.841.832	4.262.913
Acordo geral do setor Elétrico	-	-	-	-	-	(521)
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	358.953	500.503
Total	9.374.478	9.080.737	38.432.346	35.521.195	5.200.785	4.762.895

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Consumidor	
	31/12/11	31/12/10
(1)	294.312	259.132
(2)	6.806.987	6.259.310
Total	7.101.299	6.518.442

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consumidor		Consumidor cativo		R\$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11
Renda da prestação de serviços			49.367	65.091	-	-
Arendamentos e aluguéis			62.006	50.072	-	-
Serviço taxado			11.741	9.823	-	-
Taxa de iluminação pública			14.779	11.929	-	-
Administração de faturas de fraudes			14.743	38.822	-	-
Outras receitas			17.979	9.904	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011			170.615	185.641		

(e) Reajuste Tarifário 2011

	Coelba	Celpe	Cosern
Receita anual (RA)	4.116	2.731.500	1.044.583
Encargos setoriais	461	315.795	129.207
Compra de energia elétrica	1.922	1.418.928	493.579
Transporte de energia	252	170.622	68.340
Parcela A	2.635	1.905.345	690.926
Remuneração bruta de capital - parcela B	1.830	1.049.848	430.149
Receita requerida (parcela A + B)	4.465	2.995.193	1.121.075
CVA e neutralidade	-	(9.442)	(9.238)
Componentes financeiros	50	(26.696)	(17.238)
Subsídios tarifários	157	115.071	83.382
Total comp. financeiros e subsídios	207	78.933	56.906
Reajuste econômico [(2) / (1)]	8,47%	8,19%	7,32%
Componentes financeiros e subsídios [(3) / (2)]	4,65%	2,67%	5,08%
Reajuste tarifário total [(4) + 5]	13,12%	10,86%	12,40%
Reajuste percebido pelo consumidor	9,92%	8,27%	9,86%

Continuação

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	FAELBA				FASERN				CELPOS			
	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD		Nº 1 - CD		Nº 2 - BD		Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor das obrigações no início do ano	4.237	4.582	234.587	244.706	489	501	59.753	60.801	879	996	687.038	714.500
Custo do serviço corrente bruto (1)	277	297	2	31	48	44	-	-	87	135	914	1.427
Juros sobre obrigação atuarial	488	474	23.950	22.652	58	53	6.151	5.662	105	122	71.403	74.542
Contribuições de participantes vertidas no ano	9	10	12	49	3	2	-	-	15	10	2.357	3.162
(Ganho)/perda atuarial	(55)	(1.126)	20.718	(9.113)	(20)	(111)	5.238	(1.468)	-	293	80.375	(14.712)
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.188)	(23.738)	-	-	(5.926)	(5.242)	(243)	(677)	(55.599)	(51.118)
(-) Impacto da redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.690)
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.075)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.956	4.237	252.081	234.587	578	489	65.216	59.753	843	879	786.488	687.036

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	FAELBA				FASERN				CELPOS			
	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD		Nº 1 - CD		Nº 2 - BD		Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do ano	1.832	1.861	365.643	344.865	712	414	93.084	89.215	2.088	1.237	446.177	438.320
Rendimento esperado no ano	264	258	39.796	32.391	88	44	10.328	8.425	270	179	51.462	52.465
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(1.452)	(953)	(4.043)	12.027	(526)	171	2.746	686	150	260	(2.176)	6.371
Contribuições da patrocinadora	704	654	12	50	104	80	-	-	626	402	29.968	28.051
Contribuições de participantes	9	11	12	49	3	2	-	-	15	10	2.357	3.162
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.188)	(23.738)	-	-	(5.926)	(5.242)	-	-	(55.598)	(51.118)
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.075)
Valor justo dos ativos no final do ano	1.357	1.831	374.232	365.644	381	711	100.232	93.084	3.149	2.088	472.190	446.176

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 - Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2011 e 2010:

Principais premissas atuariais	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,77%	9,20%	10,99%	10,77%	10,99%	10,77%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,26%	9,20%	11,73%	11,70%	11,49%	12,36%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	4,00%	7,10%	6,59%	6,58%	5,83%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,00%	5,00%	4,50%	5,00%	4,50%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	UP-94
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	UP-84	UP-84
Tábua de entrada de invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	50% Light-Franca	50% Light-Franca

Outros Benefícios

Tanto na Coelba, Cosern e Celpe, além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, são oferecidas outras vantagens aos empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Coelba, Celpe e Cosern despenderam com essas rubricas o montante de R\$ 36.231 (R\$ 22.608 em 2010), R\$ 21.565 (R\$ 13.127 em 2010) e R\$ 8.885 (R\$ 7.017 em 2010), respectivamente.

Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e Outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida	9.031.164	8.405.235	1.323.186	1.039.225	34.008	28.195	457.576	525.118	39.109	14.616	(1.114.194)	(1.054.212)	9.770.849	8.958.177
Custo do serviço	(6.370.912)	(5.688.713)	(695.929)	(581.605)	(11.677)	(8.050)	(454.985)	(457.723)	(14.708)	(10.625)	1.113.348	1.054.212	(6.434.863)	(5.693.504)
Lucro bruto	2.660.252	2.715.522	627.257	457.620	22.331	20.145	2.591	67.395	24.401	3.991	(846)	-	3.335.986	3.264.673
Despesas com vendas	(530.426)	(355.003)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(530.426)	(355.003)
Despesas gerais e administrativas	(384.376)	(366.744)	(45.088)	(29.818)	(721)	(601)	(3)	(9.188)	(21.851)	(22.823)	1.520	-	(450.519)	(429.174)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.807	-	-	-	3.559	2.212	1.408.158	1.696.078	(1.414.051)	(1.698.290)	473	-
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.245)	-	-	-	(51.245)	-
Amortização do ágio	-	-	(873)	-	-	-	-	-	(99.425)	(101.927)	-	-	(100.298)	(101.927)
Lucro antes dos resultados financeiros impostos	1.745.450	1.993.775	584.103	427.802	21.610	19.544	6.147	60.419	1.260.038	1.575.319	(1.413.377)	(1.698.290)	2.203.971	2.378.569
Receita financeira	534.671	541.160	48.611	52.072	4.061	1.797	2.526	6.123	333.894	247.701	(3.179)	-	920.584	848.853
Despesa financeira	(815.091)	(578.427)	(160.205)	(151.638)	(1.631)	(398)	(2.607)	(4.205)	(34.343)	(39.298)	4.496	3.147	(1.009.381)	(770.819)
Resultado antes dos tributos sobre lucro	1.465.030	1.956.508	472.509	328.236	24.040	20.943	6.066	62.337	1.559.589	1.783.722	(1.412.060)	(1.695.143)	2.115.174	2.456.603
Imposto de renda e contribuição social	(198.997)	(308.833)	(63.763)	(58.492)	(2.723)	(1.692)	(1.067)	(23.257)	(3.527)	263	-	-	(270.077)	(392.011)
Lucro antes da participação dos não controladores	1.266.033	1.647.675	408.746	269.744	21.317	19.251	4.999	39.080	1.556.062	1.783.985	(1.412.060)	(1.695.143)	1.845.097	2.064.592
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(293.469)	(286.611)	(293.469)
Lucro líquido do exercício por segmento	1.266.033	1.647.675	408.746	269.744	21.317	19.251	4.999	39.080	1.556.062	1.783.988	(1.705.529)	(1.981.754)	1.551.628	1.777.984

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neoenergia S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Neoenergia S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012

Walter Malieni Junior
Presidente

Carlos Magno Jobim

Nilson Martiniano Moreira

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Neoenergia S.A., bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Terco referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider

Diretor Executivo de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara

Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Moraes

Diretora Executiva de Recursos Humanos

Paulo Roberto Dutra

Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora Executiva de Regulação

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

Titulares

Gonzalo Pérez Fernández
Eduardo Capelastegui Saiz
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Fernando Becker Zuazua
Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Jorge Luiz Pacheco
Jacques de Oliveira Pena
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Allan Simões Toledo

Suplentes

Mônica Grau Domene
Santiago Martínez Garrido
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Antônio Martínez Aizenza
Jose Maurício Pereira Coelho

Ricardo Guarany de Oliveira Castro
Ani Sarmento do Valle Barbosa
Cecilia Maria Habib de Sant' Anna Reis
José Carlos de Andrade Junqueira
André Luis Dantas Furtado

CONSELHO FISCAL

Walter Malieni Junior

Presidente

Titulares

Carlos Magno Jobim

Nilson Martiniano Moreira

Suplentes

Asclépius Ramatis Lopes Soares

Francesco Gaudio

José Cassiano de Freitas

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor-Presidente

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider
Diretor de Geração

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

Gonzalo Gómez Alcântara
Diretor de Distribuição

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

CONTADOR

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG - 068369/O-0-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Neoenergia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independent

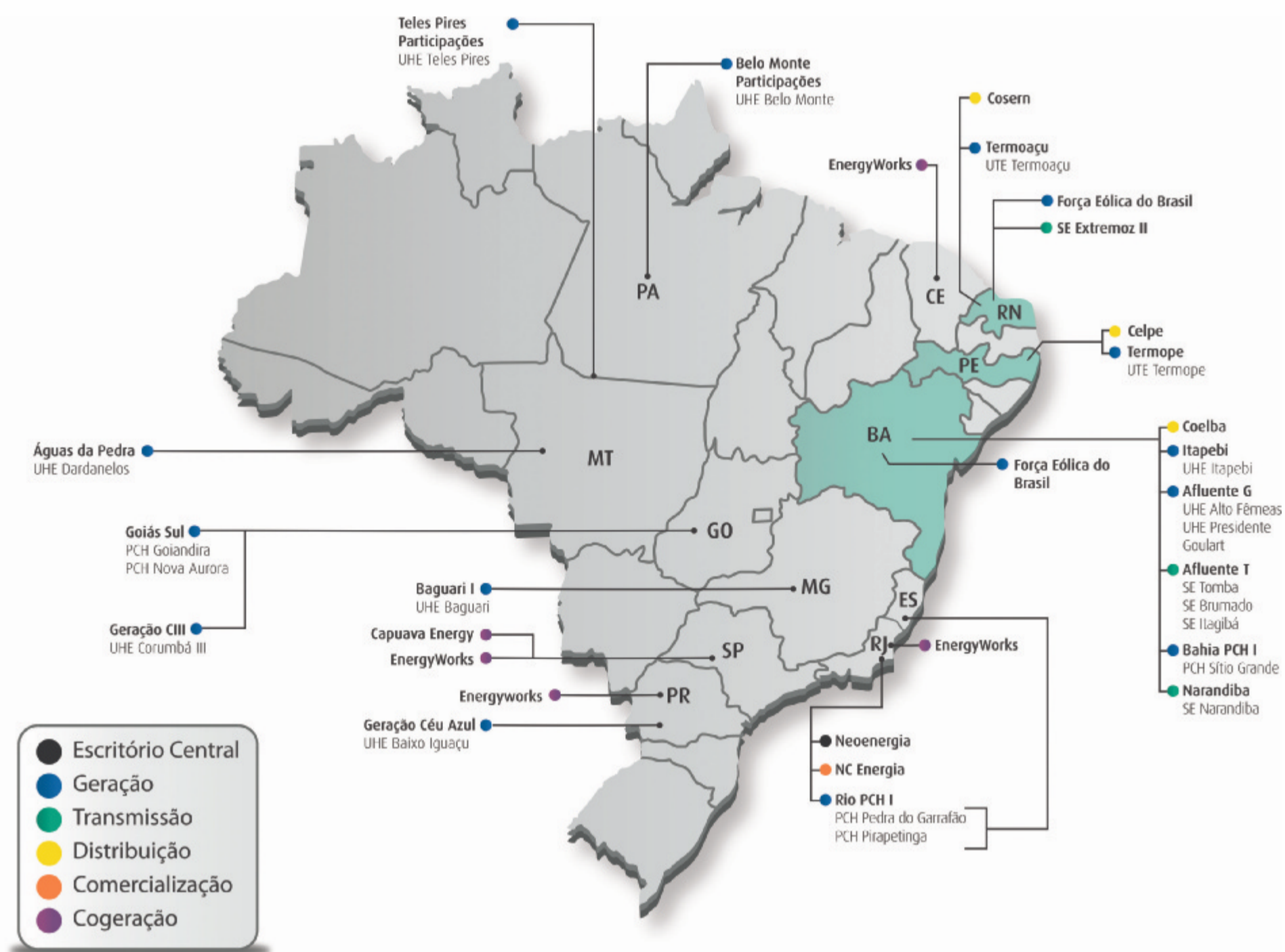
Grupo Neoenergia. Solidez e eficiência para um futuro ainda melhor.

O Grupo Neoenergia é o terceiro maior grupo privado do setor elétrico brasileiro e também consolida-se como um dos maiores grupos privados do Brasil. Atua de forma responsável em toda a cadeia de energia elétrica: geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Presente em 12 estados, aposta no crescimento investindo principalmente na expansão da capacidade instalada em geração de energia e na modernização de suas redes de distribuição, no Nordeste do Brasil, por meio da Celpe (PE), Coelba (BA) e Cosern (RN). Na área de geração, um dos destaques, em 2011, foi a entrada em operação da usina Dardanelos (MT) – de 261 MW –, considerada um exemplo de usina a fio d'água, que utiliza o curso natural do rio, dispensando reservatórios. Também foi iniciada a construção da usina Teles Pires

(MT/PA), com capacidade instalada de 1.820 MW. Em transmissão, o destaque é a entrada em operação comercial da subestação Narandiba (BA). Até 2018, serão mais de 4 mil megawatts em geração, energia essencial para o crescimento econômico do Brasil.

Em distribuição, o Grupo Neoenergia está sempre em busca da melhoria da qualidade no fornecimento de energia para os seus 9,1 milhões de clientes residenciais e industriais. Com atuação responsável e sempre apostando em programas socioambientais que orientam para o consumo consciente de energia, o Grupo Neoenergia renova seu compromisso em busca da sustentabilidade. Sempre atento a novas oportunidades para continuar investindo e crescendo, junto com seus 5.100 colaboradores, para fazer o melhor para você e para o Brasil.



→ Maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em distribuição de energia, com 9,1 milhões de clientes.

→ 174,6 mil geladeiras com Selo Procel de eficiência e 1,4 milhão de lâmpadas distribuídas à população de baixa renda.

→ Investimentos acumulados superiores a R\$ 20 bilhões.

→ Um dos maiores investidores do cinema nacional, por meio do capítulo 1 da Lei do Audiovisual.